

# O GÊNERO COMO PERSPECTIVA DE ANÁLISE NA DISCUSSÃO SOBRE AS LOCALIZAÇÕES

*María Franco García\**

O espaço não é um “reflexo da sociedade” ele é a sociedade (...) Portanto, as formas espaciais, pelo menos em nosso planeta, não de ser produzidas, como o são todos os outros objetos, pela ação humana. Não de expressar e executar os interesses da classe dominante, de acordo com um dado modo de produção e com um modo específico de desenvolvimento. Não de expressar e implementar as relações com o Estado numa sociedade historicamente definida. Serão realizadas e moldadas pelo processo de dominação sexual e pela vida familiar imposta pelo Estado. Ao mesmo tempo, as formas espaciais serão marcadas pela resistência das classes exploradas, dos sujeitos oprimidos e das mulheres dominadas. E a ação desse processo histórico tão contraditório sobre o espaço será exercida numa forma espacial já herdada, produto da história anterior e sustentáculo de novos interesses, projetos, protestos e sonhos. Finalmente, de quando em quando, surgirão movimentos sociais para questionar o sentido da estrutura espacial e, por conseguinte, tentar novas funções e novas formas.

*Manuel Castells*

A hegemonia ideológica e política de toda a sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social.

*David Harvey*

## **Resumo:**

A perspectiva analítica que parte da categoria histórico-social do gênero tem-se consolidado no bojo das ciências sociais no decorrer das últimas décadas. Na Geografia trabalhamos com o intuito de incorporar a discussão ao estudo do território e, hoje, podemos afirmar que as relações de poder entre os gêneros, inter-relacionadas com outras variáveis sociais como a classe e a raça, tornaram-se visíveis para a análise espacial. A proposta deste texto é iniciarmos um debate que fundamente a reflexão deste conjunto de processos e as suas implicações para a construção de uma Geografia teórica e metodologicamente renovada. Para isto, tratamos o conceito de gênero destacando a relevância deste enfoque para a análise espacial dos fenômenos sociais. A discussão fundamenta-

se no tripé gênero – trabalho – território, priorizando o enfoque de gênero como uma perspectiva analítica fundamental na apreensão dos códigos, formas de controle e gestão do trabalho, e dos arranjos territoriais promovidos pela reestruturação produtiva do capital. Privilegamos a escala geográfica enquanto resolução espacial dos processos sociais de competição e cooperação (SMITH, 1992), e assumimos o desafio de “ler” as relações de gênero enquanto relações sociais, logo relações de poder (FOUCAULT, 1995), que simultâneas as relações espaciais definem as relações de produção gerais (SOJA, 1993), concretizando-se de forma única e específica nos lugares (MASSEY, 2000).

### **Palavras-Chave:**

Gênero, Relações sociais de poder, Escala geográfica, paisagem, espaço, localização

### *Abstract:*

*The analytical perspective that leaves from the historical-social category of gender has consolidated into social sciences in the last decades. Geography has incorporate this discussion to the study of territory, and today, we can affirm that power relations between gender, interrelated with other social variables like class and race, become visible for the space analysis. Our object in this text is to initiate to us in a debate that bases the reflection of this processes and its implications for the construction of a theoretical and methodologically renewed Geography. For which, we have approximated to gender concept emphasising the relevance of this approach in the analysis of the space phenomena. Our discussion is based on the tripod gender-labour-territory. We privileged the approach of gender like a fundamental analytical perspective of understanding the codes, forms of control and management of the work and the territorial arranges promoted by the productive reconstruction of the capital. The geographic scale represents the space resolution of competition and cooperation processes, that allows us "to read" the relations of gender like social relations, therefore relations of power, that simultaneous to the space relations define the general relations of production, concretise itself of unique and specific form in the places.*

**Key-words:** *Gender, Social Relations of Power, Geography Scale, Geography.*

GENDER AS ANALYTICAL PERSPECTIVE INTO THE

LOCATIONS DISCUSSION

### **1. Introdução:**

Como iniciarmos uma reflexão crítica que respalde a necessidade de incorporar a categoria social de gênero à análise das paisagens da Geografia do trabalho [\[1\]](#)? E, quais são os conceitos e categorias que a nossa disciplina têm desenvolvido e que nos conduzem a levantar hoje esta discussão?

Na procura de responder tais interrogativas partimos de uma premissa fundamental: a apreensão das relações gênero como relações sociais, logo relações de poder, que simultaneamente às relações espaciais definem, as relações de produção gerais. (SOJA, 1993).

A metodologia que apresentamos propõe apreender as relações sociais de gênero a partir da sua materialidade concreta na estrutura do espaço, partindo para isto da identificação da divisão sexual e territorial do trabalho.

De acordo com Soja (1993, p.103), o espaço é “um componente dialeticamente definido da relação capital x trabalho”, da estrutura de classes na sociedade capitalista.

Entendermos o espaço como um componente das relações de produção gerais, implica a sua percepção não separada do contexto social mais amplo, no sentido de possuir regras autônomas de construção e transformação. O que significa uma diferenciação primária entre o espaço *per se*, como dado contextual a forma objetiva da matéria e a espacialidade de base social, o espaço criado da organização e da produção sociais. Quer dizer, a "segunda natureza" que Lefévre (1997) diferencia do contexto ingenuamente dado da Natureza. Em outras palavras, o espaço relativo produzido, resultado da transformação continuada do espaço absoluto herdado, o espaço natural, através do desenvolvimento capitalista (SMITH, 1988).

Quando definimos o espaço como socialmente produzido queremos ponderar que tem como ponto de partida uma prática social deliberada, a qual qualifica-o como um produto político e ideológico. (LEFÉVRE, 1997). Não obstante, isto não o converte em uma simples expressão da estrutura de classes da sociedade capitalista, senão que, como Soja (1993, p.103) coloca, recuperando a originalidade das idéias de Lefévre "o espaço e a organização política do espaço expressam as relações sociais, mas também reagem contra elas". Essa afirmação nos permite entender as relações espaciais e sociais como dialeticamente interdependentes, sendo que as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço.

O conjunto das relações sociais e espaciais são tanto homólogos quanto inseparáveis e de acordo com Smith (1988, p.159), "é o modo de produção social que une o espaço e a natureza numa única paisagem".

As paisagens da Geografia do trabalho as que nos referimos, não são outras que as do desenvolvimento desigual. É dizer, a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e a simultânea exploração da desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados.

Assim sendo, as provocações que iniciamos o capítulo, nos possibilitam tratar a paisagem através do conceito de escala geográfica de Smith (2000, p.144), segundo o qual esta é “hierarquicamente produzida como parte das paisagens sociais e culturais, econômicas e políticas do capitalismo e do patriarcalismo[2] contemporâneos”. Assim a paisagem, na sua apreensão como plano de percepção sensível da relação capital x trabalho (MOREIRA:2002) e das relações de gênero, é a categoria teórico-metodológica básica e chave da nossa “leitura”.

Por outra parte, não pretendemos, neste ensaio, contextualizar o como, donde e por que da implosão dos estudos de gênero ocorrida durante as últimas décadas nas Ciências Sociais e em particular na Geografia. Não obstante, isto não significa que não sejamos cientes da importância política e metodológica de tal projeto para a análise das transformações vigentes na nossa disciplina, reflexo porém de mudanças, no caso de conquistas, no contexto social como um todo. Fruto dessas mudanças e abertura para distintas possibilidades de interpretação, nos propomos pensar a aproximação teórico-metodológica ao tripé gênero-território-trabalho, pilar conceitual

da nossa investigação, aliás, roteiro que está sendo edificado internamente ao CEGeT a partir de outros Projetos de Pesquisa[3].

Sem dúvida, nosso esforço é, em parte, tributário do avanço na trajetória inaugurada pelos estudos *de e para* mulheres que, sob a teoria feminista, incorporaram à análise geográfica “a essa metade da humanidade que durante muito tempo tinha ficado de fora” (HANSON, apud SABATE, 1995, p.20). Entendemos por enfoque de gênero a alternativa metodológica que privilegia as variáveis de sexo e gênero e as suas manifestações em um contexto geográfico e histórico determinados. O seu valor analítico reside no seu caráter relacional, ou seja, na ampliação substancial da visão unidirecional, que tanto os pioneiros estudos de mulheres quanto as interpretações “*a-generadas*” que tomam o homem como universal, apresentam para análise dos lugares.

Escapa também da nossa proposta, aprofundarmos no que se tem chamado, dentro da Geografia Social Crítica, Geografia do Gênero a qual coloca como necessidade a “releitura” geográfica da planificação territorial, partindo do gênero como categoria de análise (GARCIA RAMON, 1990).

Não obstante, inserimos nosso problema de pesquisa no bojo desta perspectiva geográfica, especialmente não atende às variações espaciais do gênero senão, às relações causais que estão por trás delas (MOMSEN e TOWNSEND apud SABATE 1995, p.21). Em outras palavras, nossa perspectiva versa sobre a forma em que o gênero é produzido e a forma em que este se relaciona com a produção do espaço (MacKENZIE, 1989).

Atentos aos apontamentos colocados por Sabate (1995) sobre as vantagens analíticas desta abordagem, as coordenadas chave da “leitura” espacial dos acampamentos e assentamentos rurais da Luta pela Terra que nos preocupa, parte da descrição dos papéis sociais de gênero dos trabalhadores e trabalhadoras para a explicação das relações de gênero que nestes lugares se constroem, baseando-nos no contexto da precarização das relações de trabalho e no conflito pela terra, enquanto especificidade histórico-geográfica do trabalho e do metabolismo societal da sociedade do capital.

Os motivos que nos levam a optar por esta abordagem são, em primeiro lugar, o deslocamento de foco da “questão feminina” de uma classe, para a análise das relações sociais de gênero e classe como um todo, com o propósito de focar os mecanismos de subordinação das mulheres pelo modo de organização espacial das relações sociais.

Neste sentido, à afirmação feita por Souza-Lobo (1986) em “A classe trabalhadora tem dois sexos”, nos possibilita entender que o gênero é processo, relação, movimento, o que implica a interconexão com outras variáveis sociais como raça, religião, idade e/ou nacionalidade. E, em uma sociedade dividida em classes é evidente que nenhuma relação está desvinculada do contexto da sua luta.

Contudo, as práticas sociais e a sua reprodução, para serem executadas desenvolvem-se em lugares específicos. Ante isto, e de acordo com Thomaz Jr (2002) entendemos que a discussão dos e nos lugares, não se limita ao imediato, ao visível. Assim, como nos provoca Pereira (2001, p.8) : “saber responder a pergunta: Aonde? É o mesmo que inclui-lo numa classe social, num grupo, numa nação, por meio do bairro, do local de trabalho e das práticas espaciais mais banais”. A discussão das localizações é o viés geográfico da construção do gênero.

Tributários das reflexões geradas no contexto da Geografia do trabalho, a análise do território da Luta pela Terra dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil, que nos propomos apresentar, parte da expressão geográfica do trabalho tanto em nível da relação humanidade-meio, quanto na dimensão da regulação sociedade-espço.

Ambos processos são, segundo Moreira (2002), formas de metabolismo. O metabolismo natural e social, respectivamente, por meio dos quais a humanidade faz-se a si mesma, ao tempo que faz

a sociedade e a história, humanizando-se pelo trabalho. Para este autor na relação humanidade-meio, o trabalho é o ato transformador do homem (e da mulher) interessados em extrair do meio circundante as condições de vida necessárias para a constituição do seu modo de existência. Em outras palavras, é seu processo de “metabolismo ambiental”. Na relação sociedade-espço, o trabalho é entendido como o ato instituinte da organização da sociedades como totalidades territorialmente estruturadas na história, ou seja, o processo de “metabolismo espacial”.

Por metabolismo ambiental entendemos o processo pelo qual o homem/mulher faz-se a um só tempo sujeito natural e social. O metabolismo espacial, não obstante, representa o processo regulatório que normatiza os intercâmbios humanos desde dentro da cooperação “intra-natura”.

Um metabolismo ocorre dentro do outro: “o metabolismo ambiental sendo o lugar primário do trabalho e o metabolismo espacial o lugar secundário e de regulação formal do primeiro” (MOREIRA, 2002, p.22). O que significa dois momentos distintos de um mesmo movimento: “o processo histórico da humanização do homem/mulher pelo próprio homem/mulher através do processo de trabalho” (Ibid).

A singularidade deste estudo se coloca em apreender como a divisão sexual do trabalho participa da construção do espaço. É dizer, compreender a dimensão espacial do processo da divisão social por gêneros do trabalho. De acordo com Pereira (2001):

qualquer divisão social o técnica do trabalho é, necessariamente, uma divisão territorial, uma vez que somente pode existir na medida em que assim se configure. Por tanto, o território é uma dimensão de análise daquilo que se denomina tradicionalmente de *processo* e não apenas a localização em um plano cartesiano. (p. 19)

A idéia sobre a qual construímos a nossa discussão é o reconhecimento da forma na qual as relações de gênero simultâneas às de classe, constituem-se em elementos centrais para entendermos a sociedade contemporânea e as distribuições espaciais da atividade criativa humana a partir do trabalho.

Partimos de constatações empíricas em acampamentos e assentamentos rurais do MST mas, neste caminhar, optamos também por uma “certa irresponsabilidade” para a formulação de provocações. Assim, a indagação que propomos desenvolver é como as relações de gênero, junto às de classe, constroem as paisagens geográficas no contexto da Luta pela Terra.

È através da paisagem, enquanto categoria de análise, que estabelecemos esta mediação. Sabemos que cada forma de sociedade se revela no modo do entrelaçamento da paisagem com o território e o espaço contextualmente correspondentes a cada qual no tempo (MOREIRA, 2002). O desafio é o de incitarmos a pensar na hipótese da existência de uma homologia espaço-gênero. A aventura interpretativa está garantida e o seu valor poderemos mensurar mais pelas suas provocações que pelas suas afirmativas.

Para tal fim, mergulharemos na construção de significados da linguagem do gênero, para depois colocar-lo á luz do espaço.

## **2. O sistema de opressão - dominação de gênero e a produção da diferença**

Revisando a literatura que se interessa pela perspectiva de gênero observamos que é ponto comum nos trabalhos iniciar a discussão pela explicação da abordagem e as causas dela, localizando o objeto de estudo e justificando a sua escolha. Continuamos tendo que demonstrar e justificar, ainda que dentro da academia, que “algumas” coisas pareçam já conquistadas.

Paradoxalmente, nos estudos que entendem o homem como global, o humano, até a Humanidade, as argumentações que revelam a importância da unicidade de gênero deste tipo se fazem desnecessárias. Mas, como defendermos lógica e racionalmente a equação homem = humanidade? O apagamento da diferença implicada no “sujeito universal” insinua uma cidadania global difícil, quando não impossível, de constatação empírica.

Somos cientes que nos encontramos ante um dilema epistemológico, como se questiona Smith (2000, p.156), “de que modo um sujeito político ou uma coalizão de sujeitos políticos pode ser reconstruída, sem, de um lado, repetir a pressuposição de um sujeito branco, masculino, de classe dominante e, de outro, sem voltar para um individualismo radical”.

A noção de justiça social neste ponto se faz necessária. Acreditamos que apreender a injustiça em termos de dominação – opressão, enquanto conceito estrutural e sistêmico, mais do que a centralidade da distribuição é um ponto chave (YOUNG, 2000). Com isto queremos significar que o alcance da noção de justiça não se limita a distribuição, senão que inclui todos os processos sociais que sustentam a opressão.

A dominação e o controle social são comandados na nossa sociedade pela lógica do capital, o qual se apropria da práxis social para a sua reprodução. Neste sentido, e como parte da essência do próprio capital, Lessa (1988, p. 140) recupera Mészáros, apontando que: “a constituição ontológica do capital faz com que tenhamos uma incontrolável tendência expansionista que submete, de forma cada vez mais intensa e extensa, toda a existência social a sua lógica”. As condições sociais da opressão inerente a esta lógica, incluem a privação das condições mínimas de existência, de bens materiais e da sua injusta distribuição, mas significam também questões que vão além da distribuição.

Segundo YOUNG (2000, p.84) o conceito de opressão abarca a exploração de classe, a marginalização, a carência de poder, o imperialismo cultural e a violência, e “nenhuma destas formas pode ser reduzida à distribuição, se não que todas implicam estruturas sociais e relações que perpassam a distribuição”.

Em última instância, a opressão refere-se a fenômenos estruturais que imobilizam ou diminuem uma classe ou um grupo social. Neste sentido o sexismo[4], junto ao racismo, enquanto doutrinas que sustentam a superioridade de um grupo sobre outro, constituem os meios adequados para dividir a classe trabalhadora e legitimar a superexploração e marginalização de parte dos seus membros.

Assim sendo, a opressão de gênero é uma das principais expressões das formas de opressão estruturais da nossa sociedade, cuja superação perpassa a mera distribuição de “privilégios para a inserção de uma minoria”[5].

Para HARAWAY (2000) a noção de oportunidade refere-se mais a capacidade que a posse, portanto, a percepção de justiça social que temos apresentado, na apreensão da construção da opressão de gênero a avaliação de que as mulheres têm ou não oportunidades não pode implicar no resultado distributivo, senão a estrutura social que outorga e tira delas oportunidades. Em outras palavras, está-se diante da processualidade social que define e (re)define estas relações (THOMAZ, 2000), guiadas pelo capital enquanto relação social central (MÉSZÁROS, 1996).

Todavia, no campo da discussão filosófica, YOUNG (2000) destaca a tendência a apreensão da injustiça de gênero restrita, na sua maior parte, a questões de igualdade de oportunidades, especificamente em torno dos programas de ação afirmativa[6] que dão preferência às mulheres.

Isto faz com que o paradigma distributivo da justiça social funcione, no caso, ideologicamente no sentido de reforçar a despolitização. Dado que pressupõe e aceita acriticamente as relações de produção que definem o regime neoliberal de acumulação capitalista. O pacto parece limitar o conflito à distribuição e não questiona as estruturas de produção, nem a tomada de decisões, ou seja, define homens e mulheres fundamentalmente como clientes, consumidores.

Continuando com as reflexões levantadas por YOUNG (2000) um dos artifícios que oculta a radicalidade dos questionamentos acerca do sistema de dominação – opressão de gênero, se corresponde com o ideal da imparcialidade que nega a diferença e estrutura a razão ocidental: “a imparcialidade persegue propósitos ideológicos, já que mascara a forma nas quais as perspectivas individuais dos grupos dominantes proclamam a universalidade e ajuda a justificar as estruturas hierárquicas da tomada de decisão” (p. 171). As funções ideológicas a serviço desse ideal são expressões do imperialismo cultural e da legitimação da hierarquia autoritária do metabolismo social do capital.

Quando designamos o imperialismo cultural como uma das faces da opressão, nos referimos, de acordo com a autora, “a universalização da experiência de um grupo dominante e a sua imposição como norma” (2000, p.100). E é exatamente aquele homem, branco e burguês que questionava Smith como “sujeito universal”, a forma que adquire o imperialismo cultural no ocidente moderno. Tudo o que este fora e o já popular “Outro/a”, o desviado em relação com a norma dominante.

As implicações do imperialismo cultural sobre o gênero fazem com a experiência do grupo privilegiado, no caso o masculino em relação ao feminino, se apresente como universal e que instituições e burocratas possam exercer o poder com a tomada de decisões de forma “imparcial”. O controle moral sobre o gênero, especificamente feminino, é um claro desdobramento deste imperialismo. O “ideal de respeitabilidade” dominou, segundo MacKinnon (1995), a moral burguesa durante o século XIX. E as suas continuidades são ainda perceptíveis na sociedade industrial capitalista contemporânea, especialmente no plano da conduta, as imagens e atitudes:

a respeitabilidade consiste em adequar-se as normas que reprimem a sexualidade, as funções corporais e as expressões emocionais. Dita respeitabilidade esta ligada a uma idéia de ordem: todo esta baixo controle, todo no seu lugar, sem traspasar os limites. A sociedade burguesa moderna criou uma oposição complementar de gênero muito mais forte que a existente com anterioridade: as mulheres identificavam-se com o corpo e a sensualidade, especialmente como emoção, sendo que os homens localizavam-se no lado da razão desencarnada (p. 230)

No século XIX a ideologia burguesa de gênero conferiu a cada um sua própria esfera física e social. A esfera da política e o comércio para os homens e a esfera da família e o lar para as mulheres. Estes códigos de respeitabilidade burguesa fizeram com que a masculinidade e feminilidade fossem mutuamente excludentes e, não obstante, opostos complementares. Contudo, a polarização burguesa do gênero representa uma negação da diferença, já que no casal “respeitável” existia só uma subjetividade (MacKINNON, 1995).

Uma das marcas destacadas do imperialismo cultural burguês, masculino e branco, atende a divisão sexual do trabalho, que implica uma divisão social, sexual, territorial do mesmo, identificando a esfera produtiva como o domínio espacial masculino e a reprodutiva como lugar feminino. Se bem que a classe trabalhadora comparte esferas do “domínio” de cada gênero e sobre elas reproduz a estrutura da racionalidade burguesa.



O capitalismo apropriou-se de forma diferente da primeira divisão real do trabalho, a sua divisão sexual fortalecendo, como destacávamos, a opressão sobre a metade da classe trabalhadora.

Podemos afirmar, portanto, que o desdobramento direto do imperialismo cultural ocidental sob o regime de acumulação capitalista impõe formas de exploração e carência de poder especificamente marcadas pelo gênero.

A dissolução deste imperialismo requer uma revolução cultural que implica também uma revolução da subjetividade. A experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sobre como provocar a tomada de consciência é a que oferece um possível modelo sobre o método. O cambio cultural a que nos referimos e que o MST protagoniza e viabiliza é a capacidade que o “Sem Terra” desenvolve formas de expressão cultural que redefinem uma imagem positiva deles mesmos e de forma diferenciada na sua luta pela incorporação das mulheres na ação política. Por isso, entendemos que a apreensão ampla do conceito de opressão é crucial para o discurso dos movimentos sociais contemporâneos de cunho emancipatório.

O MST na sua proposta de transformação social enfrenta as questões de dominação mais do que distribuição. No seu discurso está presente a luta pela justiça social e através da articulação dentro da organização do Setor de Gênero o movimento questiona mais uma face da opressão, a opressão de gênero, ampliando a dimensão da sua luta.

É importante reiterar que a negação da diferença só contribui para a sua opressão/exploração (MOREIRA, 1999). Por isso, uma concepção de justiça social que desafie a dominação e opressão institucionalizadas passa por oferecer a visão de uma realidade heterogênea que reconhece e afirma as diferenças. A percepção da dominação – opressão de gênero como um sistema estrutural nos permite pensar nas relações de dominação e emancipação, vistas como relações de conflito e poder entre homens e mulheres. Possibilita ainda tratar a subjetividade feminina e masculina e a construção de lugares para mulheres e homens na sociedade (GUTERRES, 2001). Na sua percepção espacial SENNET (2001, p. 165) confirma esta necessidade:

Lugar e geografia, um local para a política; comunidade evoca as dimensões sociais e pessoais do lugar. Um lugar se torna comunidade quando as pessoas usam o pronome “nos”[...] mas não há comunidade enquanto não se reconhecerem diferenças dentro dela (p.165)

Não em vão YOUNG (2000, p.110) nos lembra que: “a imposição da razão científica entre objeto e sujeito sobre a base de hierarquizações de classe, raça, gênero e nacionalidade tem profundas conseqüências para a estruturação do privilégio e a opressão”.

Finalmente o que está em jogo no dilema epistemológico advertido por Smith (1992) no começo da nossa reflexão não é outro que, a negociação do privilégio, baseada em diferentes situações do sujeito.

O espaço produzido dentro da sociedade capitalista encontra-se intensamente hierarquizado, conforme a divisão em classes, raças, etnicidade, gênero etc., o que configura a sua diferenciação política dinâmica e multifacética. (SMITH, 1992). As nossas “posições relativas” dentro deste espaço-produto são, de modo geral, consideradas como projetos locais, não obstante, como coloca este autor, são intensamente globais. O sexismo, como outras formas de opressão, “ocorre” sim nas localidades, se estas significam lugares concretos, como podem ser os acampamentos e assentamentos rurais. É certo que os casos concretos de opressão de gênero se dão como interações interpessoais entre os indivíduos específicos, mas o sexismo é construído tanto global quanto localmente. Não tem sentido interpretar a dominação e controle das mulheres



acampadas e assentadas como se simplesmente ocorresse em um local. O eslogam que durante a segunda onda[7] do feminismo protagonizou nos desafia agora a pensar na escala internacional do pessoal. O que contesta adequadamente a banalidade que se encerra no juízo reacionário e conservador “do pensar global e do agir local” (SMITH, 1992).

Entendemos que o enfoque de gênero na análise espacial dos fenômenos pode contribuir como ferramenta de muita validade para “pensar globalmente e agir globalmente também”. Mas, a que nos referimos quando falamos de gênero?

### **3. A construção dos significados de gênero.**

O próprio gênero é hoje objeto de estudo como uma variável entre outras, mais concretamente, como um fato que se constitui em mutua relação com a classe e a etnicidade (MacDOWELL, 2000; MOORE, 1999; SALTZMAN, 1989; HARAWAY, 1991; SCOTT, 1995; LOURO, 1995, entre outras pesquisadoras).

A compreensão ampla deste conceito, exige-nos pensar não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico, portanto nem dado nem acabado, como uma interpretação biologicista colocaria. Esta idéia de gênero como construção social, é tributária da autora existencialista francesa Simone de Beauvoir que em meados do século XX colocou um sério desafio ao determinismo biológico na sua obra *O segundo sexo*, hoje um clássico consagrado da literatura feminista. Uma das grandes contribuições para o debate que, posteriormente, se suscitou sobre a construção das relações de gênero, deriva da sua afirmação “não se nasce mulher, torna-se mulher”:

não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres. Não existe nenhum destino biológico, psicológico ou econômico que determine o papel de que um ser humano desempenha na sociedade: o que produz esse ser indeterminado entre o homem e o eunuco, que se considera feminino é a civilização no seu conjunto (SIMONE DE BEAUVOIR, 2000, p.62)

A idéia da feminilidade/maculidade como criações sociais teve tal ressonância que se tomou o termo “gênero” para distinguir a construção das identidades feminina/masculina do sexo biológico mulher/homem. Tal diferenciação básica, permite-nos teorizar o primeiro como criação social ou cultural do segundo, ao tempo que o transforma em matéria susceptível de mudanças. A linguagem relacional do gênero hoje diz; “não nascemos mulheres ou homens, tornamo-nos mulheres e homens”.

Na década de 1970, um dos aportes que contribuiu extraordinariamente para o amadurecimento do conceito de gênero, foi o artigo pioneiro da antropóloga feminista marxista Gayle Rubin, donde apareceu pela primeira vez, o conceito de “sistema sexo/gênero”[8]. Neste sistema o sexo, ou diferença biológica é a estrutura básica na qual a sociedade ao longo da história tem colocado os mecanismos, socialmente definidos, das características de gênero:

o sistema consiste em um conjunto de mecanismos sociais que servem para transformar a sexualidade biológica em um produto da atividade humana, e para dar satisfação as necessidades sexuais assim transformadas (RUBIN *apud* HARAWAY, 1995, p. 65).

Através de tais transformações e por meio da regulação social, o “sexo” converte-se em “gênero”. Na sua obra examina a “domesticação das fêmeas humanas”, enquanto matéria prima da produção social das mulheres.

HARAWAY (1995), Rubin valeu-se desta teoria para explicar a complementaridade dos sexos, entendendo a heterossexualidade como obrigatória e a opressão das mulheres pelos homens através da premissa fundamental da troca das mulheres no estabelecimento da cultura mediante o parentesco. A análise marxista do sistema como produto da ação humana coloca porém, a possibilidade da sua mudança mediante a luta política. Não obstante e de acordo com a Haraway (*Ibid*) é a objetivização sexual e não a alienação, a consequência da estrutura sexo/gênero.

Um uso posterior do conceito no qual o gênero não se distingue do sexo, porque o primeiro absorve o segundo, foi sistematizado na década de 80 pela historiadora Joan Scott.

A ela devemos a utilização do gênero enquanto categoria de análise dos fenômenos históricos e sociais, a qual é basilar para o desenvolvimento da nossa abordagem. Segundo a autora o gênero “é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças anatômicas percebidas entre os sexos. Gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p.125). Esta conceituação articula quatro dimensões da vida donde se produzem e dinamizam as relações de gênero: a simbólica, a normativa, a institucional e/ou organizativa e a subjetiva.

Na conceituação de Scott fica expresso que o movimento das práticas masculinizantes e feminizantes realiza-se em consonância com as distintas concepções de cada sociedade. O que nos leva a pensar, de acordo com LOURO (1995, p.103), que: “o gênero é mais que uma identidade apreendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais, implicando a sua “generização”, ou seja, elas expressam as relações de gênero”.

Na antropologia, e posteriormente a Rubin, ampliou-se a conceituação do gênero colocando a necessidade de ponderá-lo em duas perspectivas distintas, mas não excludentes: como construção simbólica e como relação social. (MOORE, 1999).

O valor de analisar o gênero como uma construção cultural reside em identificar as expectativas e valores que uma cultura concreta associa ao fato de ser homem ou mulher. O enfoque sociológico, não obstante, analisa as funções sociais dos gêneros, o que significa que a problemática centra-se no que *fazem* e não na valoração simbólica atribuída. Esta perspectiva coloca inevitavelmente a questão da divisão sexual do trabalho e a concomitante divisão da vida social em esfera “doméstica” e “pública”, a primeira reservada para a mulher e a segunda para o homem. Todavia, ambos aspetos, o gênero como significado simbólico e como conjunto de relações materiais são para a geógrafa Linda MCDOWELL (2000), inseparáveis:

ao definir gênero [...] devemos ter em conta que as atuações sociais, entre um amplo espectro de interações entre múltiplos lugares e situações – por exemplo na casa, no trabalho, ou no boteco – e as distintas formas de pensar e representar os lugares e o gênero relacionam-se entre si e criam-se umas as outras. Todos atuamos como ditam-nos as nossas idéias, que sempre respondem a uma construção cultural, e estão histórica e espacialmente situadas ( p. 20).

Ao que incrementa:

o que a sociedade considera um comportamento próprio do homem e da mulher influencia na idéia que eles mesmos têm do que deve ser masculino e feminino e de qual é a atitude que corresponde a cada gênero, a pesar das diferenças de classe, idade, raça ou sexualidade, e estas expectativas e idéias mudam de um lugar e tempo a outro. As noções praticamente universais, intocáveis e inalteráveis da feminilidade só pode ser possível num ícone ou imagem como talvez a da Virgem Maria; para todas as demais as idéias estabelecidas mudam no tempo e no espaço (p. 21).

No interior do enfoque das representações, De LAURETIS (1984) define o gênero como a construção social da “mulher” e do “homem” e a produção semiótica da subjetividade. O gênero tem que ver com a “história, com as práticas e com a imbricação de significado e da experiência”, em outras palavras, com “os efeitos mutuamente constitutivos em semiose do mundo externo da realidade social com o interno da subjetividade”. Do que desprendemos que o gênero é um sistema de relações sociais, simbólicas e psíquicas no que os homens e as mulheres são situados de forma diferente.

Todavia, para a cientista política Donna HARAWAY (1995), são a “alteridade” e a “diferença” do que precisamente trata “gramaticalmente” o gênero. Segunda a autora, o objetivo do desenvolvimento do termo como categoria foi pesquisar o que se acostuma a entender por “mulher”, para assim problematizar o que tinha sido tomado como regra inamovível :

No esforço político e epistemológico para tirar as mulheres da categoria natureza e colocá-las na cultura como objetos sociais construídos e que se auto-constroem dentro da história, o conceito de gênero teve que permanecer em quarentena para se proteger das infecções do sexo biológico. Em consequência as atuais construções do que se entende por sexo ou por mulher resultam muito difíceis de teorizar, a exceção da “má ciência” na que a mulher emerge como naturalmente subordinada (p. 227).

Para a autora, a problemática atual em torno dos significados do gênero deriva do paradigma de identidade cristalizado nas décadas de 1950 e 1960 no mundo acadêmico anglo-saxônico. O conceito de identidade genérica foi formulado no bojo da distinção entre biologia e cultura, de tal modo que o sexo relacionou-se com a biologia e o gênero com a cultura. A crítica que Haraway faz perante a luta contra o “determinismo biológico” e a favor do “construcionismo social” da grande parte das interpretações de gênero, baseia-se na exclusão dos corpos, incluídos os *generificados* e *racializados*, enquanto objetos do conhecimento e lugares de intervenção na “biologia” (1991, p. 227). E neste ponto que Smith (2000) apresenta a apreensão do corpo enquanto escala geográfica, o local físico primário de identidade pessoal e recupera a afirmação de Butler<sup>[9]</sup> : “o corpo é também um “lócus” cultural de significados de gênero” (p.145). Neste sentido, os autores criticam a exclusão do corpo como categoria de análise, dado que não apenas o

gênero, mas outras formas de diferenciação social são construídas em torno da sua identidade. De acordo com esta percepção, Young (2000) sustenta que:

a “gradação dos corpos” reserva uma variedade de diferenças corpóreas além do sexo, a mais óbvia é a raça, mas também a idade e capacidade, como base putativa para a opressão e para o imperialismo cultural (p. 122).

Se as distinções analíticas do significado de gênero permitiram evidenciar as igualdades e diferenças entre as mulheres e os homens, também contribuem para a Geografia, na medida em que ajudam a demonstrar que a construção das relações de gênero não só variam de um país a outro e de uma época histórica a outra, senão também nos espaços relativos, nos lugares e nas relações da vida cotidiana (McDOWELL, 2000).

Existem múltiplas formas de “produzir o gênero”, tantas e tão opostas quanto as versões hegemônicas da feminilidade (ligadas à natureza, à emoção, o subjetivo e o individual, entre outras) e da masculinidade (ligadas à sociedade, à razão, o objetivo e o agregado, por exemplo). E estas formas têm a sua especificidade espacial e histórica, variando em um amplo leque de escalas geográficas.

#### **4. Relações de gênero, relações de poder: a escala geográfica como mediadora da pertinência**

Dos apontamentos anteriores depreendemos que as relações de gênero são basicamente relações sociais de poder, desiguais e hierárquicas e não simples dicotomias ou relações simétricas e complementares.

Uma questão indispensável que se apresenta neste momento recai sobre a noção de poder. Segundo Scott, como colocávamos, o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder. Nesta conceituação a autora parte do entendimento *faoucaultiano* de poder buscando superar a “reversão dos pólos” (LOURO, 1995), conseqüência da celebração eufórica da mulher como objeto e sujeito de estudo, que a produção científica sob o epígrafe Estudos de Mulheres implicou no campo das ciências sociais, após o tumulto de renovação da década de 1960. As razões políticas no momento eram evidentes. Hoje, a crítica a estes estudos centra-se na tendência geral para a inversão e subversão dos pólos.

O caráter relacional do gênero responde a sua essência como relação social e é nesta perspectiva que nos propomos utilizar o conceito na análise espacial. Como toda relação social, o gênero é uma relação de poder e a dinâmica dominação-opressão que a constrói, é estrutural e sistêmica. Que queremos dizer com isto? Que tanto o gênero quanto o poder não são elementos que se possuem ou se detém, são sim processos em movimento, relações.

Nesta perspectiva, nossa “leitura” do espaço se dirige para *geograficidade* das práticas e relações de poder que se estabelecem entre diferentes sujeitos sociais, homens e mulheres, em acampamentos e assentamentos rurais, entendendo estes lugares como escalas geográficas onde os

trabalhadores e trabalhadoras Sem-Terra, anteriormente fragmentados, se unem numa comunidade definida politicamente.

Assim, partimos da sugestão de Foucault (1995, p.232) ao propor pensar o poder não como singular e único, senão como “uma rede que se desenvolve de modo capilar por toda a sociedade”. Isto não significaria ocultar umas formas sobre outras e sim perceber as múltiplas formas e fontes de poder socialmente exercidas. De acordo com este autor o sujeito humano não só é colocado em relações de produção e de significado, mas também, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas. A história e a teoria econômica junto a lingüística e a semiótica oferecem instrumentos para estudarmos as relações de produção e de significado. Todavia, para a compreensão das relações de poder não existe um instrumento de trabalho definido. O seu convite é o caminho de base empírica. Isto significa usarmos as “formas de resistência” que existem contra as diferentes formas de poder como ponto de partida. De tal modo, mais do que analisar a racionalidade interna do poder, o que temos de analisar é o “antagonismo das estratégias”. É dizer, para descobrir o significado da dominação masculina na nossa sociedade, temos que investigar o que ocorre no campo da opressão feminina.

De acordo com isto, para compreendermos as relações sociais de poder de gênero o caminho que nos propomos é a investigação das formas de resistência e tentativas de dissociação desta relação: o salto escalar da mulher trabalhadora rural através da mobilização popular.

A luta travada por oposição ao poder masculino sobre o feminino desenvolve-se sob diferentes formas na nossa sociedade e tem como embrião ideológico o feminismo, uma postura política tão mal entendida como bem manipulada.

Utilizando as reflexões de Foucault, na luta de oposição ao poder masculino nos encontramos simplesmente ante uma luta antiautoritária. Igual a outras formas de resistência ao poder, ela também é transversal, o que significa que não está limitada por nenhuma forma política e econômica definida de governo. Esta transversalidade se traduz no espaço pela capacidade de “saltar escalas” (SMITH, 2000), na estimulante apreensão do pessoal como global.

Não obstante, os aspectos que para o autor são mais originais e específicos são os que questionam o estatuto do indivíduo. Se por um lado afirmam o direito de ser diferente, por outro atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros. É uma luta, portanto, contra o "governo da individualização". É também uma oposição aos efeitos de poder relacionados ao saber, à competência e à qualificação. Em outras palavras, uma luta contra os privilégios do saber, onde o que é realmente questionado é a maneira pela qual o saber circula e funciona.

Assim na tipologia das lutas sociais, junto às lutas contra as formas de dominação e exploração, bandeiras da luta dos Sem-Terra, cresce em importância as lutas forjadas contra as formas de sujeição, contra a submissão da subjetividade. É o combate liderado pelo Setor de Gênero dentro da luta do Movimento, “a luta dentro da luta”.

Mas, o que contribuem estas idéias para a perspectiva geográfica aqui defendida? Se como afirma Lefebvre (1999), hoje mais do que nunca o espaço nos revela a luta de classes, porque não revelarmos também a estrutura de poder entre os gêneros? A luta social no mundo é, segundo o autor, intrinsecamente uma luta pela produção social do espaço. E este espaço significa poder. Para Foucault (1986) fica clara a necessidade de escrever uma outra história dos espaços. Uma que tome em conta os diferentes poderes, e porém, a sua relação conflitiva:

Resta escrever a história dos espaços –que seria ao mesmo tempo a história dos poderes (os dois termos no plural)- desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do *habitat*. (p. 153)

Soja (1993) através da sua reafirmação do espaço na teoria social crítica, nos fala que a Geografia a que pode nos fornecer hoje a mais reveladora perspectiva crítica, mas para isso:

deve de estar sintonizada com as lutas emancipatórias de todos os que são marginalizados e oprimidos pela Geografia específica do capitalismo – pelos trabalhadores explorados, pelos povos tiranizados e pelas mulheres dominadas. E deve estar especialmente em sintonia com os processos contemporâneos de reestruturação e com os regimes emergentes de acumulação flexível e de regulação social (p.93)

O instrumento metodológico que possibilita a sintonia que demanda Soja é o conceito de escala geográfica proposto por SMITH (1984, 1992, 2000). E particularmente, a escala, enquanto “resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação” (2000, p.142) possibilita-nos realizar uma “leitura” espacial do gênero.

Segundo este autor, a construção do lugar implica a produção da escala, na medida em que os lugares são diferentes uns dos outros. Mas a escala geográfica se apresenta como critério de diferença não entre lugares e sim entre tipos de lugares: o corpo, o lote, o acampamento, a região, o mundo.

A capacidade transformadora da escala radica na possibilidade de articulação entre elas, dado que não nos encontramos ante a materialização espacial de forças e processos sociais contestados e sim ante o “progenitor ativo de processos sociais específicos” (SMITH, 2000, p. 143).

Para Smith, a escala contém a atividade social e proporciona a Geografia compartimentada onde a atividade social tem lugar. É dizer, demarca o local da disputa social, tanto o objeto quanto a resolução dessa disputa. Através da escala os limites das identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado, são definidos. A escala geográfica é portanto o lócus da construção da identidade.

A dialética da identidade e diferença é central na sua definição e é no corpo onde adquire um papel relevante. A escala do corpo se apresenta então como a base da diferença, sexual, de gênero, de raça, de idade, de capacidade, e base putativa para opressão social e o imperialismo cultural, como nos lembrava Young, o lócus da identidade pessoal.

A escala da casa, o espaço de convívio familiar, o lote do assentamento, são lugares fortemente marcados pelo gênero. Eles são os contextos imediatos onde a identificação pessoal ocorre, onde se constrói as bases sociais do gênero.

Se o corpo é a fonte imediata da diferença corpórea apropriada na construção do sexismo, é na escala da comunidade que o sexismo está mais firmemente enraizado. A despeito das suas raízes locais é, sobretudo uma construção global do mercado e do privilégio cultural, embutido no

patriarcalismo. No assentamento e no acampamento é onde observamos como a divisão territorial do trabalho por gêneros que, na sociedade implicou a separação do trabalho da casa, precipita uma específica geografia rural marcada pelo gênero. Onde os espaços público e privado se correspondem com as esferas de produção e reprodução, identificadas com os papéis de gênero masculinos e femininos respectivamente. A diferencialidade apresenta-se nas posições relativas que trabalhadores e trabalhadoras exercem no espaço comunitário do acampamento. Nele, a gestão coletiva do espaço efetiva-se através da condição dos Sem-Terra enquanto sujeitos de luta e resistência. A possibilidade de auto-percepção enquanto “companheiros” e “companheiras”, não é simplesmente dada pela luta política construída em comum, senão também pela identidade do lugar, a escala geográfica do acampamento donde se resiste e luta. É neste sentido que nos acampamentos este momento de luta, determinadas barreiras espaciais de gênero podem ser quebradas.

A tarefa da reflexão geográfica é criar mediações com outras escalas, que possam ampliar os porquês do fenômeno da opressão de gênero nestes lugares.

Segundo Lacoste (2001) a operação intelectual, que é a mudança de escala, para o autor “nível de análise”, “transforma, e às vezes de forma radical, a problemática que se pode estabelecer e os raciocínios que se possa formular.” (p.77). A mudança de escala corresponderia a uma mudança do nível da conceituação. Mas a proposta de Smith, não se baseia na mudança de escala, senão na articulação entre elas, como tarefa intelectual fundamental da Geografia. Isto implica superar a noção de Lacoste, segundo a qual o mesmo fenômeno não poderia ser estudado em escalas diferentes, já que por ser apreendido em diferentes níveis de análise espacial são fenômenos *diferentes*. Mas é a especificidade espaço-temporal do fenômeno a que é diferencial, uma vez que é baseada nas relações diferenciais existentes no todo e entre os diferentes níveis.

Para “saltar escalas” como aponta Smith, é preciso fazer inicialmente uma distinção radical entre o espaço como objeto real e o espaço tomado como objeto de conhecimento, isto é, como as diferentes representações e interpretações do espaço real. Estas interpretações do espaço são ferramentas de conhecimento que devemos melhorar e construir, de forma a torná-las mais eficazes, para nos permitir compreender melhor o mundo e as suas transformações.

## 5. O gênero na estrutura do discurso geográfico.

- Quando *eu* uso uma palavra - falou Humpty Dumpty, num tom algo desdenhoso - essa palavra significa exatamente o que eu quero que signifique (...) nem mais nem menos.
- A questão é - falou Alicia - se você pode fazer que as palavras signifiquem tantas coisas diferentes.
- A questão é - falou Humpty Dumpty - quem vai a ser o amo, isso é tudo.

*Lewis Carrol, Através do espelho.*

Existem as coisas e as palavras que damos as coisas.

*Antonio Thomaz Jr.*



Quando um diário marxista alemão escreveu para a politóloga americana Donna Haraway solicitando-lhe a elaboração de um prefácio para um novo dicionário marxista, onde se trata dos movimentos sociais que tinham revolucionado internacionalmente a teoria social e a linguagem política desde a década de 1960[10], a “sugestão” feita pelas editoras foi introduzir algumas palavras ausentes e a rescritura de algumas outras porque “as mulheres não aparecem onde deveriam” (HARAWAY, 1995, p. 214). A palavra chave para esta autora foi então gênero.

A linguagem é, sem dúvida, o veículo do discurso, e na construção de uma linguagem espacial na qual os geógrafos e geógrafas estão imersos é importante atender a necessidade colocada pelas editoras do dicionário alemão. Algo que David HARVEY (1992) expôs com clareza no axioma fundamental da sua pesquisa na *Condição Pos-moderna*, a idéia de que “o tempo e o espaço (ou, no tocante a isso, a linguagem) não podem ser compreendidos independentemente da ação social” (p.206). As práticas espaciais e temporais estão estreitamente implicadas em processos de produção e transformação das relações sociais, sendo que;

a história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e tempo, bem como dos usos ideológicos que podam dados a essas concepções. Além disso todo o projeto de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura de transformação das concepções e práticas espaciais e temporais (p. 201)

Contudo, a linguagem espacial não pode existir independente das práticas sociais:

as práticas espaciais derivam a sua eficácia na vida social somente da estrutura de relações sociais no âmbito das quais entram em ação. Sob as relações sociais do capitalismo, as práticas espaciais (...) ficam imbuídas de significados de classe. Mas dizer isto não é alegar que essas práticas espaciais sejam geradas pelo capitalismo; elas assumem seus sentidos sob relações específicas de classe, de gênero, de comunidade, de etnicidade, de raça e são “usadas” e “trabalhadas” no curso da ação social ( p. 203)

Um dos movimentos sociais que revolucionou a teoria social e a linguagem política sob o tumulto dos 60, foi o feminismo.

O feminismo surge como força ideológica e política no século passado e embora abrigue divergências nos seus objetivos e estratégias em diferentes contextos territoriais, está associado a um compromisso com o fim da desigualdade (que não a diferença) de gênero e a emancipação das mulheres da opressão de gênero. Os seus seguidores tomaram como tarefa traduzir a sua motivação original em proposições relevantes para a grande massa de mulheres desprivilegiadas, de modo a mobilizá-las contra a opressão de gênero e classe.

De acordo com Sabate (1995) a ciência é uma construção social e como tal não pode ser neutra. Assim, os avanços de qualquer disciplina científica não podem estar à margem dos problemas sociais e dos debates públicos que suscitam, tampouco das mudanças nas construções

gerais do pensamento filosófico e teórico. Por isso, a incorporação da perspectiva do gênero na análise geográfica é tributária da “chegada” da corrente político ideológica feminista às ciências sociais como um todo.

Não obstante, na Geografia tal chegada se fez com uma certa demora. Para Garcia Ramón (1990) o silêncio inicial está ligado à inexistente permeabilidade das correntes teóricas e metodológicas hegemônicas na ciência geográfica durante as décadas de 1960 e 1970. A Geografia neopositivista, com o seu interesse nos processos espaciais abstratos e a sua obsessão pela objetividade e neutralidade nos processos de investigação, excluiu do seu estudo os temas relativos a mudança social no que se inscreve o gênero. Quando a Geografia da Percepção norte-americana abre as fissuras no paradigma positivista, aparecem os primeiros trabalhos interessados por conhecer o comportamento espacial das mulheres.

A Geografia do bem-estar, desenvolvida no âmbito anglo-saxônico desde meados dos anos 1960, não colocou mudanças na estrutura teórica e metodológica da ciência (positivista), mas incorporou uma determinada preocupação nas suas análises, dando lugar ao que poderíamos denominar hoje de Geografia de mulheres.

Mas, foram os enfoques pós-positivistas o veículo apropriado para a incorporação da perspectiva de gênero na pesquisa social. O humanismo e o marxismo, que apesar das suas notáveis divergências epistemológicas e teóricas, comportam segundo SABATE (1995), questões relacionadas diretamente com a abordagem de gênero. Estamos falando do interesse em destacar as características diferenciais, na sua relação com o espaço e o lugar, de diferentes grupos e classes sociais, descendo a escala local de análise, a experiência do cotidiano. Assim como o interesse pelo papel ativo do geógrafo na transformação social. E por último, o passo da descrição à interpretação dos fenômenos geográficos a partir do estudo dos fenômenos sociais globais ou das motivações e experiências pessoais.

Dentro da Geografia elaborada sob a perspectiva do gênero isso representou um avanço na sua conceitualização: superar a descrição dos papéis de gênero e intentar analisar as relações de gênero e a desigual distribuição de poder entre homens e mulheres como base dos diferentes papéis sociais. Exemplos deste avanço na produção geográfica brasileira são os trabalhos das autoras Carvalhal (2002) e Valenciano (2001, 2002), ambas integrantes do CEGeT, que incorporam esta abordagem à construção de uma Geografia do trabalho.

No que se refere ao aporte concreto da Geografia humanista à análise de gênero encontra-se especialmente na metodologia de pesquisa, baseada em técnicas qualitativas. O marxismo aportou a estrutura conceitual para a interpretação dos papéis de gênero com relação ao modo de produção específico, tanto histórica como espacialmente e permite explorar a posição social e econômica das mulheres na sociedade capitalista. A influência da perspectiva do gênero sobre a análise marxista reside no estudo da produção e da reprodução e a análise de ambos processos na sociedade de classes, sendo que a separação entre reprodução e produção no mundo real não existe.

Podemos situar em meados dos anos 1980 quando a abordagem de gênero se faz presente de maneira destacada em diferentes “escolas nacionais”, no âmbito europeu e norte-americano principalmente.

Mas foi na década de 1990 o momento de consolidação da perspectiva de gênero na ciência geográfica, através do seu reconhecimento institucional e a aprovação no XXVII Congresso Internacional do Grupo de Estudo de Gênero como uma das comissões integrantes da União Geográfica Internacional (SABATE, 1995).

Em síntese, definimos à Geografia de gênero como aquela perspectiva que incorpora à análise espacial, a discussão sobre as localizações, o enfoque de gênero, a discussão sobre a construção da relação social de poder entre homens e mulheres. É a concretização do gênero no discurso geográfico.

## **Bibliografia:**

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Porto Alegre, L&PM, 2000.

**CARVALHAL, T. Gênero e Trabalho: a participação da mulher nos sindicatos de Presidente Prudente. *Pegada*, v.3, número especial, agosto de 2002.**

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In RABINOW, P & DREYFUS, H. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

GARCIA RAMÓN, M.D. La geografía como compromiso social: un recorrido desde la geografía social a la geografía del género. In *Espacios rurales y urbanos. La geografía como compromiso social*. Barcelona, Oikos-Tau, 1990.

GUTERRES, S. *Classe social e gênero: elementos para uma controvérsia*. 2001. Dissertação, (Mestrado em Sociologia), Instituto de filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

**HARAWAY, D. *Ciencia, cybergs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Madrid, Cátedra, 1995**

**HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992**

**LACOSTE, Y. *A Geografia : isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, Papirus, 2001.**

LAURETIS, T de. *Alicia ya no*. Madrid, Cátedra, 1992.

LEFÉBVRE, H. A cidade do capital. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

**LESSA, S. István Mészáros (Beyond capital). *Critica Marxista*, v.1, n.6, 1998. São Paulo**

LOURO, G.L. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, p.101-132, jul/dez, 1995.

MacDOWELL, L. *Género, Identidad y Lugar*. Madrid, Cátedra, 2000.

**MacKINNON, C. *Hacia una Teoría Feminista del Estado*. Madrid, Cátedra, 1995.**

**MESTZAROS, I. *O marxismo hoje: entrevista com Mészáros*. *Critica Marxista*, n.3, p.129-137, 1996.**

MOORE, H. *Antropologia y feminismo*. Madrid, Cátedra, 1999.

MOREIRA, R. *A diferença e a Geografia (o ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia)*. Rio de Janeiro, 1999, (mimeogr.)

MOREIRA, R. Teses para uma Geografia do Trabalho. *Ciência Geográfica*. v.2, ano VIII, n.22, Maio/Agosto, 2002. AGB-Bauru, São Paulo.

**PEREIRA, C.D. *Espacialidade da produção: uma geografia da Ford Motor Company na escala do Brasil e do mundo*. 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.**

SABATE, A. *Mujeres, espacio y sociedad. Hacia una Geografía del Género*. Madrid. Síntesis, 1995.

**SALTZMAN, J. *Equidad y género*. Madrid, Cátedra, 1989**

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20 (2). Porto Alegre, 1995.

SENNET, R. *A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo, Unesp, 2001.

**SMITH, N. *Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e produção do espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1988.**

SMITH, N. *Geografia, Diferencia y Políticas de Escala* (1992). Disponível em: [www.prudente.unesp/ceget](http://www.prudente.unesp/ceget)

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. In ARANTES, A (org) *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus, 2000.

**SOJA, E. *Geografias Pós- Modernas. A reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.**

SOUZA-LOBO, E. A prática “invisível” das operarias. In KARTCHEVSY, A (org) *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986

THOMAZ, JR. Por uma Geografia do trabalho. *Pegada*, v.3, número especial, agosto de 2002, Presidente Prudente, CEGeT, 2002a.

THOMAZ, JR. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana*. São Paulo, Annablume, 2002b.

THOMAZ JUNIOR, A . *O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil*. Presidente Prudente, 2002c. (mimeografado).

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho social dos sem terra no Brasil. *Revista Abra*, Campinas, v.28, n.25, op.31-46, 2001.

**VALENCIANO, R.C. & THOMAZ, JR. A. O papel da mulher na Luta pela Terra. Uma questão de Gênero e/ou de classe? *Scripta Nova*. Universidad de Barcelona, vol.VI, num. 119 (27), i de agosto de 2002. Disponível em: [www.ub.es/geocrit/sn/sn119-26.htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-26.htm).**

YOUNG, I. *La justicia social y la política de la diferencia*. Madrid, Cátedra, 2000.

---

\* Mestranda em Geografia junto à Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do Professor Antonio Thomaz Júnior; membro do Grupo de Pesquisa “Centro de estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT). *E-mail: mmartillo74@hotmail.com*

[1] No artigo “Por uma Geografia do Trabalho!”, Thomaz Júnior (2002) apresenta uma reflexão sobre esta questão, priorizando a compreensão histórica do trabalho a partir das formas e faces do espaço que o regula, é dizer, do seu metabolismo societário.

Para uma compreensão ampliada da paisagem como categoria teórico-metodológica chave na Geografia do Trabalho, ver MOREIRA, R: 2002.

[2] O patriarcalismo deriva-se do conceito de patriarcado, o qual supõe uma das contribuições mais importantes do feminismo marxista às ciências sociais. Para esta corrente de pensamento o patriarcado é um sistema econômico social no que os homens se apropriam do trabalho das mulheres em benefício próprio; as relações de patriarcado entre homens e mulheres implicam que estas são exploradas economicamente pelos homens, os quais se apropriam do seu trabalho (produtivo e reprodutivo) e da sua ideologia (SABATE,1995: 15). No nosso estudo optamos por “ideologia hegemônica de gênero” em lugar de patriarcalismo.

[3] É o caso dos trabalhos desenvolvidos pela recém-graduada e mestranda Renata Cristiane Valenciano e pela professora Terezinha que está prestes a defender sua dissertação de mestrado.

[4] Utilizamos este termo enquanto concretização do sistema dominação-opressão de gênero.

[5] Nos referimos aqui as mulheres enquanto *minoría cultural*. Este conceito define qualquer grupo social sujeito ao imperialismo cultural; mulheres, negros, homossexuais, portadores de deficiência, pessoas de idade, classe trabalhadora, grupos étnicos e nacionais.

[6] As ações afirmativas são políticas que tem como objetivo corrigir as práticas discriminatórias herdadas do passado ou mesmo que possam ocorrer no futuro. Atuam como uma proteção àqueles que são discriminados pelo gênero, raça, etnia ou classe social. Tiveram o seu início nos Estados Unidos em 1964, e inicialmente voltadas para os negros se inserir no mercado do trabalho, com a implementação de programas de inserção das “minorias” ao mundo do trabalho, as mulheres também foram sendo beneficiadas.

Para uma leitura atualizada sobre as estratégias de ação afirmativa ver GUTERRES (2001), DELGADO ,CAPELLIN e SOARES (2000).

[7] Ascensão na década de 60 do movimento feminista nas sociedades ocidentais, ligada a política do movimento norte-americano pelos direitos civis nos anos 60, mas com raízes em tradições políticas européias: socialismo utópico, anarquismo, libertarianismo e marxismo. De cunho mais radical que a primeira onda, caracterizada pelas campanhas reformistas por “direitos iguais” no

contexto norte-americano e europeu do século XIX, o movimento feminista da segunda onda propunha o estremecimento político revolucionário da sociedade, insistindo em afirmar que a opressão das mulheres estava enraizada em processos psíquicos e culturais profundos, o que exigia uma mudança nos objetivos feministas estrutural e não superficial. Um foco destacado das suas campanhas foi a luta pelo controle das mulheres sobre os seus próprios corpos.

[8] Para uma crítica pormenorizada do conceito ver: McDowell (2000), Haraway (1995) e Scott (1995).

[9] BUTLER, J. *Gender trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York, Routledge, 1989.

[10] Movimentos contestares da década de 1960 hoje vigentes são o feminismo e o ecologismo.